



Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Rua Dorvelino Rabelo Costa, 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG.

PARECER CONTÁBIL - CÂMARA DE CARMÓPOLIS DE MINAS/MG

*Parecer Contábil ao Projeto de Lei nº 27 de 06 de junho de 2025,
“Autoriza o Poder Executivo aumentar repasse de
Contribuição.”.*

1. Começaremos a nossa análise do Projeto de Lei 27, de 06 de junho de 2025, que *“Autoriza o Poder Executivo aumentar repasse de Contribuição.”*, levando em consideração o que está regulamentado através da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos sobre a criação de novas despesas e sobre a destinação de recursos públicos ao setor privado e também as Lei 4.320/64 e a 13.019/2014, que regulamenta a matéria.

2. No art. 16 da LRF¹ a criação, expansão aperfeiçoamento de ação governamental deverá ser acompanhado de estimativa de impacto orçamentário financeiro, então vejamos:

“(…)

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes:

II – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira

¹ LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal



Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Rua Dorvelino Rabelo Costa, 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG.

com a lei orçamentária anual e compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

3. Já o art. 26 da LRF regula a matéria, estabelecendo os limites formais e materiais para a concessão de subvenções sociais e contribuições a entidades privadas , então vejamos:

“(…)

Art. 26. A destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no caput aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.”



Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Rua Dorvelino Rabelo Costa, 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG.

4. As contribuições são assim definidas pelo professor Heraldo da Costa Reis, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ:

“**Contribuições** são transferências correntes para as entidades sem fins lucrativos, em razão das suas atividades de caráter social, para as quais não se exige a contraprestação direta em bens e serviços. O seu valor pode ser aplicado em despesas correntes e de capital de atividades-meio e atividades-fim. No que respeita à aplicação em despesas de capital, este tipo de transferência dependerá de lei especial anterior à lei orçamentária, a fim de que se possa concretizá-la.”

5. No parágrafo 2º e parágrafo 6º do artigo 12 da Lei 4.320/64 o legislador define como deverão ser classificadas as despesas por categoria econômica, então vejamos:

“(…)

***Art. 12.** A Despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:*

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

(...) § 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não



Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Rua Dorvelino Rabelo Costa, 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG.

corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

*(...) § 6º São transferências de capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, **constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento** ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.”*
(negritei)

6. Outro ponto que deve ser observado é em relação a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, que trata sobre as parcerias público/privadas, a qual define os regimes jurídicos para transferências voluntárias entre a administração pública e as entidades privadas.

7. As contribuições podem ter destinação corrente ou de capital, dependendo, para tanto, daquilo que se previu na lei instituidora do repasse ou no termo que acordo assinado com a entidade beneficente.



Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Rua Dorvelino Rabelo Costa, 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG.

8. Não se esquivam das exigências da LRF - sobretudo àquelas de caráter continuado (vide leis orçamentárias municipais) - tais como estudo de impacto orçamentário-financeiro, declaração do ordenador da despesa quanto à compatibilidade orçamentária, compensação financeira, entre outras medidas aludidas no art. 17 da LRF.

9. No aspecto formal, a contribuição necessita de lei instituidora e neste caso a sua alteração também necessita de projeto de lei, requisito este atendido pelo projeto apresentado, sendo mister, todavia, no caso da contribuição, de previsão de dotação específica na lei orçamentária anual, nos termos da LRF.

10. Neste sentido como não está criando despesa nova e se quer aumentando o orçamento em questão, uma vez que a suplementação da ficha está sendo feita por anulação de outra ficha orçamentária, neste caso, não necessita de impacto orçamentário financeiro, sou de acordo pela aprovação do projeto de lei apresentado, pois atende as considerações aqui postas, principalmente as Leis 4.320/64 e a Lei Federal 101/2000. Por outro lado, se faz necessário o acompanhamento pelos Senhores Edis, do cumprimento da lei 13.019/2014 e suas alterações na realização do repasse feito a entidade.

Este é o parecer, s.m.j.

Carmópolis de Minas/MG, 27 de junho de 2025.

MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES DINIZ

CONTADOR CRC-MG 089.618/O-9